

Sumário

A Reunião Plenária foi declarada aberta, após a verificação do quórum, eram 09 horas e 06 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.) – Iniciou-se com uma Declaração Política, apresentada pela Sra. Deputada Dora Pires (UCID), sobre os obstáculos ao desenvolvimento económico da ilha de São Vicente, dando ênfase ao desemprego e aos transportes aéreos e marítimos.

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados João do Carmo (PAICV), Celeste Fonseca (MPD), Manuel Inocêncio Sousa (PAICV), João Gomes (MPD), Rui Figueiredo Soares (MPD), António Monteiro (UCID) e Humberto Lélis (MPD).

Sentindo-se ofendido com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado João Gomes (MPD), o Sr. Deputado João do Carmo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento, tendo o primeiro prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

O Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD) interpelou a Mesa.

Dando continuidade ao P.Q.G.D.P., a Sra. Deputada Marlene Delgado (PAICV) interveio sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade cabo-verdiana na Itália a nível dos transportes aéreos, da burocracia nas alfândegas e da demora na retirada dos documentos.

Na sequência, além da referida Deputada, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Emanuel Barbosa (MPD), Felisberto Vieira (PAICV), Nelson de Brito (MPD) e Orlando Dias (MPD).

O Sr. Deputado José Manuel Soares (MPD) interveio sobre a comemoração do aniversário do Concelho de Tarrafal de Santiago, celebrado no dia 25 de Abril, abordando a situação da educação, a electrificação, o abastecimento de água, no referido concelho. Igualmente, frisou os ganhos conseguidos pelo município no Governo do MPD, no âmbito do PRRR (Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades), os estágios profissionais para os jovens, entre outros. Apelou ainda a uma atenção especial para alguns problemas sociais do concelho e, finalizando, solicitou a asfaltagem da estrada Tarrafal – Calheta. Na sequência, usaram da palavra, para esclarecimentos, os Srs. Deputados Moisés Borges (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD).

O Sr. Deputado Felisberto Vieira (PAICV) interpelou a Mesa sobre a ordem de intervenção dos Deputados.

O Sr. Deputado João do Carmo (PAICV) fez uma intervenção sobre a decisão da companhia área Binter de reduzir o volume da bagagem dos voos domésticos para 20 kg e questionou se São Vicente vai passar a receber voos directos da Cabo Verde Airlines a partir deste verão, tendo usado da palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV).

O Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD), na sua intervenção, referiu-se aos ganhos conseguidos pelo MPD nesses três anos de governação (diminuição da taxa de desemprego, do nível de insegurança; a retoma da bonificação dos juros para os jovens; o aumento da pensão social na diáspora; o aumento do salário mínimo nacional, entre outros). Na sequência, além do referido Deputado, usaram da palavra, para esclarecimentos, os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Nelson de Brito (MPD) e Orlando Dias (MPD).

A Sra. Deputada Ana Paula Moeda (PAICV) interveio sobre a comemoração do aniversário da Cidade Praia, no dia 29 de Abril, elencando um conjunto de aspectos a rever nessa cidade designadamente no quadro toponímico, no saneamento, na requalificação da orla marítima; a problemática da habitação, entre outros aspectos.

Na sequência, usaram da palavra, para esclarecimentos, os Srs. Deputados Lúcia dos Passos (PAICV), Fernando Frederico (PAICV) e Joana Rosa (MPD).

Sentindo-se ofendida com os esclarecimentos prestados pela Sra. Deputada Lúcia dos Passos (MPD), a Sra. Deputada Ana Paula Moeda (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo a primeira ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio para lembrar o compromisso assumido pelo Governo em manter os contratos assinados por trabalhadores que adquiriram habitações no quadro do Programa Casa para Todos, sob pena de não serem penalizados com a transferência da gestão dessas casas às câmaras municipais. Na sequência, os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV) e Luís Carlos Silva (MPD) prestaram esclarecimentos

O Sr. Deputado Estevão Rodrigues (PAICV) interveio para saudar a participação nesta Sessão, pela primeira vez, da Deputada do PAICV, Marlene Delgado, vinda da Itália. Destacou, igualmente, a união dos Deputados da Diáspora para que essa participação se efectivasse.

O Sr. Deputado Luís Alves (MPD), na sua intervenção, falou do Programa “Casa para Todos”, em Santa Catarina, na ilha do Fogo.

O Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire) usou da palavra ao abrigo da alínea i), do artigo 114º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo, na sequência, o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) feito uma intervenção reforçando a ideia de que os problemas da ilha de São Vicente são também sentidos por todas as ilhas do País.

Posteriormente, o Sr. Ministro do Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto fez uma nova intervenção sobre a situação da ilha de São Vicente.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) também interveio sobre o assunto, justificando que a UCID está a desvalorizar os investimentos do Governo naquela ilha.

Período da Ordem do Dia (P.O.D.) – Iniciou-se com a discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que Estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização, que foi apresentado pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia).

Participaram nessa discussão, a título diverso, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia), os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Armindo da Luz (MPD), Nuías Silva (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), Hélio Sanches (MPD), António Monteiro (UCID), José Maria Gomes da Veiga (PAICV) e Joana Rosa (MPD).

Ainda durante esse período, por duas vezes seguidas, o Sr. Deputados Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 30 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 41 minutos, com a continuação da discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que Estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização.

Participaram do debate, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e António Monteiro (UCID).

De seguida, o Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro) fez a leitura do Projecto de Resolução que cria uma Comissão Eventual de Redacção, tendo sido aprovado sem objecção.

O Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças fez a apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 104/VIII/2016, de 06 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Público e Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) procedeu à leitura, da parte conclusiva, do Relatório- parecer da Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

Durante o debate, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), João Gomes (MPD), João dos Santos Luís (UCID), Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Julião Varela (PAICV), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Filomena Gonçalves (MPD), Joana Rosa (MPD) e Milton Paiva (MPD).

Considerando-se ofendido com os esclarecimentos prestados pela Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD), o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo a primeira reagido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Sentindo-se ofendido com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro reagido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Seguidamente, o Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro) fez a leitura do voto de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido nas imediações do ilhéu de boné de Jóquei, em São Tomé e Príncipe. Na sequência, o Sr. Deputado Estevão Rodrigues (PAICV) interveio para congratular com o referido voto de pesar, que ficou agendado para votação à hora marcada no período destinado para o efeito.

Posteriormente, o Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro) fez a apresentação do Projeto de Resolução que cria a Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento Cabo-verdiano. Durante a sua discussão, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Figueiredo Soares (MPD), João dos Santos Luís (UCID) e Rui Semedo (PAICV).

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º do Regimento da Assembleia Nacional foram submetidos à votação (Votação à hora marcada) os seguintes diplomas:

– Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais (Generalidade);

– Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização (Generalidade);

– Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 104/VIII/2016, de 06 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Público e Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas (Generalidade);

– Voto de Pesar pelas vítimas do acidente ocorrido nas imediações do ilhéu de boné de Jóquei, em São Tomé e Príncipe;

– Projeto de Resolução que cria a Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento Cabo-verdiano.

A Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais foi aprovada com 63 votos a favor, sendo 39 do MPD e 24 do PAICV, nenhum voto contra e 3 votos abstenção da UCID. Os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Joana Rosa (MPD) e António Monteiro (UCID) usaram da palavra para declarações de voto.

A Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização foi aprovada com 64 votos a favor, sendo 39 do MPD e 25 do PAICV, nenhum voto contra e 3 votos abstenção da UCID. Os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), António Monteiro (UCID) e Armindo Luz (MPD) fizeram declarações de voto.

A Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 104/VIII/2016, de 06 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Público e Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, foi aprovada, na generalidade, com 39 votos a favor do MPD, 26 votos contra, sendo 23 PAICV e 3 da UCID, e nenhuma abstenção.

Os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV), Hélio Sanches (MPD) e João dos Santos Luís (UCID) usaram da palavra para declarações de voto.

O Voto de Pesar pelas vítimas do acidente ocorrido nas imediações do ilhéu de boné de Jóquei, em São Tomé e Príncipe, foi aprovado pela unanimidade dos 65 Deputados presentes.

O Projeto de Resolução que cria a Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento Cabo-verdiano foi aprovado pela unanimidade dos 65 Deputados presentes.

Reunião Plenária de 26 de Abril de 2019

A Reunião Plenária foi encerrada às 17 horas e 41 minutos, ficando assim concluída a 2ª Sessão Plenária de Abril de 2019.